

Conferências Fundação INATEL / Fundação Mário Soares

NOVAS RESPOSTAS A NOVOS DESAFIOS

Conferência / Debate

“NOVAS RESPOSTAS DO SINDICALISMO”

Caro Presidente do INATEL

Caro Secretário Geral da CGTP

Caras e Caros Amigos

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em primeiro lugar saúdo a Fundação INATEL e a Fundação Mário Soares por promoverem estas Conferências, em todo o País, durante estes dois anos, agradecendo ao Presidente do INATEL, o amigo Vítor Ramalho, o convite para debater aqui, junto com o Manuel Carvalho da Silva, as “Novas Respostas do Sindicalismo”.

Nesta intervenção abordarei algumas questões para o necessário debate que se segue.

O nosso País confronta-se com novos e velhos problemas, exigindo-se respostas e acções do movimento sindical que promovam o progresso económico e social.

Os Sindicatos, como os conhecemos hoje, nascem com a primeira Revolução Industrial, com o aparecimento das máquinas a vapor, que promoveu a concentração industrial, provocou grandes deslocações do campo para a cidade, agravou o desemprego e provocou uma grande exploração dos trabalhadores, incluindo crianças, sujeitos a horários e condições de trabalho desumanas e salários de miséria.

A primeira central sindical – TUC – nasce em Inglaterra, em 1834, país que então lidera esta revolução industrial.

Mas a industrialização não começa aqui, havendo mesmo grandes centros industriais muitos séculos antes, como é o caso de Florença, já com 30 000 trabalhadores têxteis no Séc. XIII, a Flandres, a Boémia e Paris, cidade onde se verificam as primeiras greves neste mesmo século.

Os trabalhadores estavam já então organizados, sobretudo em associações de ajuda mútua, de carácter profissional e local.

Após os TUC, os trabalhadores associam-se em todo o lado em Sindicatos e Centrais Sindicais, particularmente na Europa.

Em Portugal surge, em 1853, a Associação dos Tipógrafos de Lisboa, em 1891 é decretada a liberdade sindical e, com a República, são reconhecidos o direito à associação sindical e o direito à greve.

Os trabalhadores e os seus Sindicatos batem-se pela melhoria das condições de vida e de trabalho e pelo direito a 8 horas de trabalho diário (em Portugal conquistadas em 1917).

Afirmam-se os valores sindicais da liberdade, da democracia, da solidariedade e da justiça social.

Luta-se pela melhoria dos salários, contra as discriminações e as desigualdades e contra a pobreza e a exclusão.

Em todo o Mundo, a democracia política permanece estreitamente ligada à liberdade sindical e implica o diálogo social e a negociação colectiva.

O Portugal de hoje é profundamente diferente do de há 35 anos:

- Somos um País democrático, integrado na União Europeia;
- Houve melhoria das condições de vida e de trabalho;
- Portugal é respeitado na Comunidade Internacional e desenvolve relações de cooperação com diferentes Países e Regiões, particularmente no quadro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Mas persistem velhos problemas, agravados pela actual crise internacional, com um insustentável nível de desemprego, grande precariedade no emprego e elevados níveis de desigualdade e de pobreza e exclusão.

Em termos de **novos desafios** com que somos confrontados gostaria de destacar os seguintes:

1. A **União Europeia**, a que aderimos em 1986, mudou profundamente com o desaparecimento das fronteiras internas, a moeda única, os alargamentos e o progressivo desaparecimento das barreiras alfandegárias externas, o que provoca profundos desafios à competitividade da nossa economia e das nossas empresas.
2. A aceleração dum **globalização**, com um poder desmesurado do capital financeiro, assente na livre circulação de capitais, sem qualquer controle, com um poder excessivo das multinacionais (de salientar que as 200 maiores controlam 25% do comércio e empregam apenas 0,75% da população mundial e entre as maiores 60 potências mundiais estão 20 multinacionais), com agravamento das desigualdades entre Países e dentro dos próprios Países e pressões crescentes para a desregulação financeira, económica e social.
3. O crescente **envelhecimento** da população, em especial na Europa e em particular em Portugal, em resultado dos progressos da Saúde e civilizacionais que conduziram ao aumento da esperança de vida, o que, associado à diminuição da natalidade, introduziu pressões acrescidas sobre os sistemas de protecção social (apesar da contribuição positiva dos imigrantes).

4. A melhoria dos níveis gerais de **educação e formação**, particularmente dos jovens, e a acelerada evolução tecnológica, particularmente a nível da sociedade de informação, associadas a uma progressiva volatibilidade das qualificações profissionais de muitos trabalhadores, confrontados com mudanças profundas e mesmo com o desaparecimento de profissões, o que conduz por vezes à desqualificação desses trabalhadores quando atingidos pelo desemprego, particularmente dos mais idosos.

5. A crescente e muito elevada **participação das mulheres** no trabalho por conta de outrem (a mais elevada de todos os Países do Sul da Europa e muito superior à média comunitária), o que exige respostas em termos de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e mudanças na organização da sociedade, particularmente no apoio às crianças e aos idosos.

6. Uma crescente **dualização no trabalho**, entre trabalhadores com vínculos permanentes e trabalhadores com vínculos precários, muitas vezes ilegais, atingindo estes sobretudo os novos entrados no mercado de trabalho, ou seja, os jovens.

7. Uma mudança profunda na **organização das empresas**, com desenvolvimento de múltiplas relações de subcontratação e de partilha do processo produtivo, muitas vezes envolvendo empresas de Países diferentes e associações entre grandes e pequenas e médias empresas.

Que Respostas Sindicais a estes Desafios?

Os valores do movimento sindical permanecem imutáveis.

Os Sindicatos são associações livres de trabalhadores, que defendem os trabalhadores sindicalizados, mas também os interesses gerais.

Se é um facto que alguns, poucos e normalmente pequenos Sindicatos de classe, defendem interesses corporativos, não hesitando nas suas lutas em pôr em causa o

interesse geral, o movimento sindical no seu conjunto, a nível nacional e internacional, defendendo os interesses dos sindicalizados também defende o interesse geral da Comunidade e do País e, na sua luta por uma sociedade mais justa e solidária, assume a defesa dos desempregados, dos trabalhadores não sindicalizados, dos pensionistas, dos reformados e dos jovens à procura do primeiro emprego; os Sindicatos combatem as discriminações, assumem a luta contra as desigualdades sociais e contra a pobreza e a exclusão.

Neste momento de grave crise internacional, originada pela especulação financeira e pela ausência de regulação económica e social a nível mundial, consideramos como prioridades sindicais:

1. A luta por uma Globalização Diferente

É uma falácia aquilo que durante muitos anos nos quiseram vender, de que o mercado se regula a si próprio.

O combate à crise passa por combater as causas que lhe deram origem, particularmente a ausência de regulação, os paraísos fiscais, a especulação financeira e a ausência de mecanismos adequados de controle das multinacionais. Estamos confrontados com uma economia de casino, dominada por fundos especulativos, muitos dos quais com dinheiro dos fundos de pensões dos trabalhadores dos EUA.

São fundamentais mudanças no sistema financeiro internacional, particularmente no FMI e no Banco Mundial, é prioritária uma governação da globalização, assente nas Organizações das Nações Unidas e uma regulação económica e social, com respeito em especial pelas Convenções Internacionais, particularmente as 8 Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (base da cláusula social nos acordos de comércio internacional).

2. Aprofundar a Construção Europeia

A União Europeia é o único espaço de integração regional com dimensão política, económica e social.

Como a Confederação Europeia de Sindicatos, defendemos o aprofundamento da construção europeia, em especial:

- O aprofundamento do modelo social europeu, base de uma Europa dos Cidadãos, da coesão económica e social e factor de competitividade das empresas;
- A aprovação do Tratado de Lisboa, condição fundamental para melhorar as condições de governabilidade da União Europeia e melhor defender uma economia social de mercado e os direitos sociais;
- Um maior investimento nas políticas de Crescimento e Emprego, com reforço da coordenação entre as políticas económicas e sociais;
- A defesa dos valores europeus no Mundo, particularmente em termos de regulação da globalização e de aumento da cooperação para o desenvolvimento.

3. O Combate ao Desemprego

A OIT, sede do diálogo social tripartido e a mais antiga organização das Nações Unidas, na sua Conferência anual, deste ano, por consenso entre as 183 delegações nacionais integrando obrigatoriamente trabalhadores, empregadores e Governos, aprovou um Pacto Global para o Emprego, assente no desenvolvimento de acções a nível global, nacional e regional, de modo a combater o insustentável nível de desemprego e inverter a tendência para o seu aumento, originado pela actual crise.

A nível nacional, são indispensáveis políticas de reforço do investimento e de criação e manutenção de postos de trabalho, preservando e melhorando a capacidade competitiva das empresas e a qualificação dos recursos humanos.

Esta não é uma crise de competitividade salarial, mas antes resulta da especulação financeira, com profundas consequências em termos económicos e sociais.

Por isso são indispensáveis políticas coordenadas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, mas também o aumento do consumo por via dos aumentos dos salários e das pensões e reforço das políticas activas de emprego.

4. Melhoria da Qualidade do Emprego

O Pacto Mundial para o Emprego defende que a promoção do emprego deve estar associada ao Trabalho Digno, o que implica em particular:

- O acesso de todos à educação e à formação;
- Remunerações dignas, com especial atenção ao aumento do salário mínimo;
- Um trabalho estável, com combate à precariedade laboral e à economia subterrânea;
- O direito à protecção social;
- O diálogo social, quer tripartido, quer bipartido.

O nosso País precisa de sair de um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e reduzidas qualificações, esgotado perante a globalização e o aparecimento de países em rápido desenvolvimento como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (os chamados BRICS), para um desenvolvimento assente nas Qualificações e na Inovação.

5. A Melhoria da Capacidade Competitiva

O nosso tecido produtivo é muito diversificado, com empresas que atingem altos níveis de produtividade e competitividade, ao lado de empresas com reduzida capacidade de sobrevivência futura.

Confrontamo-nos com a necessidade de melhoria da gestão empresarial, com o reforço da capacidade técnica e com a necessidade de políticas que favoreçam a mudança.

As empresas têm que assumir as suas responsabilidades sociais e éticas, assentes no respeito pela lei e pelos acordos, numa justa distribuição da riqueza criada e numa

aposta na negociação colectiva, de modo a conciliar os interesses dos trabalhadores com os das empresas e a combater as discriminações no trabalho e no emprego.

As condições de trabalho são fixadas por via da legislação e dos acordos resultantes da negociação, variando o papel de cada um de País para País.

Em Portugal, consideramos muito importante reforçar a negociação colectiva, promovendo uma adaptabilidade negociada (a chamada flexibilidade interna) e recusando que as adaptações à mudança sejam feitas por via dos despedimentos (flexibilidade externa).

6. O papel insubstituível do Estado

A recente crise veio demonstrar o erro daqueles que defendem o Estado mínimo, reservado às funções de soberania e a algumas funções sociais.

O Estado tem também um papel muito importante na economia, quer em termos de políticas, quer em termos de dimensão do sector público, ultrapassando em muito o papel de mero regulador ou gestor de fundos comunitários, para além de dever ser o garante da igualdade de oportunidades, tendo os impostos um efeito fortemente redistributivo da riqueza criada.

Por isso defendemos:

- Uma Saúde e Educação de base pública;
- A sustentabilidade da Segurança Social Pública;
- A necessidade de políticas económicas de dimensão sectorial;
- A intervenção do Estado na Economia, com um diálogo que tem que abranger também as Organizações Sindicais;
- A tomada de decisões ao nível adequado, com participação dos cidadãos, com realce para o papel das autarquias locais e do poder regional.

7. Um Desenvolvimento Económico Sustentado e Sustentável

O movimento sindical há muito que defende um desenvolvimento que respeite e preserve o ambiente e as energias renováveis, que poderão gerar um número significativo de empregos, os chamados empregos verdes.

Os trabalhadores também são consumidores e muitas vezes há que procurar compatibilizar interesses divergentes, nomeadamente na organização do tempo de trabalho.

A defesa de uma globalização diferente, assente no comércio justo, na cooperação para o desenvolvimento e na defesa de novos valores, mobiliza cada vez mais diferentes Organizações da Sociedade Civil, sendo para nós importante o aprofundamento do diálogo que estas vêm desenvolvendo entre si e com o movimento sindical.

Em conclusão

Uma democracia política é também uma democracia de participação, na qual os Sindicatos têm um papel importante a desempenhar, como as organizações mais representativas da sociedade civil.

A participação exprime-se a diferentes níveis, assumindo um papel relevante o diálogo tripartido – concertação social – e a negociação colectiva, tanto a nível nacional, como europeu.

O nosso País tem todas as condições para vencer os desafios com que se confronta, apostando na grande capacidade de adaptação dos trabalhadores portugueses à mudança, que é e deverá ser claramente reforçada pela melhoria dos níveis de educação e formação.

Os Sindicatos, na defesa da melhoria das condições de vida e de trabalho, têm especiais responsabilidades na participação nas decisões sobre as inevitáveis

mudanças que estão a ocorrer e que têm que ser feitas com os trabalhadores e não contra os trabalhadores.

A acção sindical desenvolve-se a todos os níveis, na empresa, a nível regional, sectorial, nacional e internacional, sendo insubstituível o papel das maiores organizações sindicais internacionais, a Confederação Europeia de Sindicatos e a Confederação Sindical Internacional, nas quais a UGT está filiada e nas quais toma parte muito activa nas decisões e actividades desenvolvidas.

Castelo Branco, 10 de Setembro de 2009

João Proença – Secretário Geral da UGT